

# Panorama geral do inventário social | General Panorama of the Social Inventory

Autores/Authors: Paula Ungar e/and Jeremy M. Campbell



## Inventário Rápido Biológico e Social No.33 | Rapid Biological and Social Inventory 33 Alto Rio Içá, Brasil, maio/May 2025

FEVEREIRO / FEBRUARY 2026

**Como citar/Cite as:** Ungar, Paula e/and Jeremy M. Campbell. 2026. Panorama geral do inventário social / General Panorama of the Social Inventory. Chapter of Campbell, J.M., R.E.Oakley, C. Rutt, N.C.A. Pitman, and Fernanda Werneck (eds.), 2026. Brasil: Alto Rio Içá – Biological and Social Rapid Inventory 33. Chicago: Field Museum of Natural History.



Veja o relatório completo /  
View the entire report here



Field Museum of  
Natural History



Instituto Nacional de  
Pesquisas da Amazônia  
(INPA)



Wildlife Conservation  
Society - Brasil (WCS)



Instituto de  
Desenvolvimento  
Sustentável  
Mamirauá (IDSAM)



Núcleo de Estudos  
Socioambientais do  
Amazonas (NESAM –  
UEA/UFAM)

**As Comunidades do Alto Rio Içá:** Mamuriá I, Mamuriá II, Nova Esperança, Nova Floresta do Urutaú, São José, e Três Corações de Jesus

# Capítulo 8 — Panorama geral do inventário social

**Autores:** Paula Ungar e Jeremy M. Campbell

## **Alvos de Conservação do Inventário Social:**

O Inventário Social evidenciou um conjunto de ativos socioterritoriais que, além de sustentarem o bem-estar e a reprodução física e cultural das comunidades, representam fundamentos concretos para uma agenda de conservação, ordenamento territorial e governança de longo prazo no Alto Rio Içá. Em síntese, destacamos os seguintes alvos prioritários:

- **Territorialidade indígena viva e governança local ativa**, baseada em consenso, reciprocidade e normas comunitárias para regular o uso de lagos, florestas, roças e trilhas, mesmo sob condições de insegurança fundiária e baixa presença estatal.
- **Paisagem cultural de longa duração**, com sítios arqueológicos (terra preta, aterrados e cavadas) integrados ao uso contemporâneo, demonstrando continuidade histórica de manejo e engenharia da paisagem em várzea e terra firme.
- **Sistema socioecológico integrado aldeia-roça-capoeira-floresta-igarapé**, no qual conhecimentos e práticas de manejo sustentam a diversidade de habitats e a autonomia alimentar, articulando pesca, caça, cultivo e extrativismo. **Regulação cosmológica do acesso e do uso** (p.ex., “mães” e donos espirituais, encantados e lugares de respeito), que produz efeitos diretos de conservação ao limitar pressão de caça/pesca e resguardar áreas sensíveis como cabeceiras, lagos profundos e trechos de floresta.
- **Redes de mobilidade e parentesco transfronteiriças (Putumayo-Içá)**, essenciais para circulação de pessoas, conhecimento, sementes, bens e estratégias políticas, reforçando a bacia como território relacional e não apenas como fronteira nacional.
- **Mecanismos comunitários de manejo pesqueiro (acordos, sazonalidade, regras de apetrechos e vigilância)** que sustentam a soberania alimentar e funcionam como barreira social contra incursões externas.
- **Sistema de transmissão intergeracional de conhecimentos e práticas**, dependente de condições territoriais, educativas e institucionais que permitam que jovens aprendam

(em contexto) calendários, etnozonas, regras de manejo, narrativas históricas e responsabilidades cosmológicas.

Esses alvos não são “temas abstratos”; eles se materializam em lugares, rotas, lagos, roçados, sítios de terra preta, calendários, regras e práticas coletivas. O Inventário Social, ao documentá-los com métodos participativos e etnográficos, oferece evidências para políticas públicas voltadas à destinação de florestas públicas não destinadas, à demarcação territorial, e ao fortalecimento de governança comunitária em um corredor biocultural transfronteiriço.

## **Breve caracterização da área e do contexto socioambiental**

O Alto Rio Içá (parte do corredor internacional do Rio Putumayo-Içá) ocupa posição estratégica no extremo oeste do Amazonas e na extremidade leste do Corredor Biocultural Putumayo-Içá. Trata-se de uma grande paisagem florestal ainda pouco documentada no Brasil, marcada por mosaicos de terra firme, várzea sazonalmente inundada, igarapés de águas pretas e claras, campinaranas e gradientes edáficos/hidrológicos que produzem alta heterogeneidade ecológica em curtas distâncias.

Do ponto de vista sociocultural, a região se destaca como “paisagem de convergência”: um território historicamente atravessado por mobilidade, trocas e contatos, onde famílias Tikuna, Kukama, Kambeba e outras redes de parentesco transfronteiriças mantêm conexões que excedem fronteiras nacionais.

O Inventário Social enfatiza que este não é um “vazio” nem uma “floresta sem história”. Evidências arqueológicas (terra preta e estruturas de engenharia de várzea) confirmam ocupação humana contínua e manejo de longa duração, com continuidade entre sítios antigos e usos atuais (plantio em terra preta, reconhecimento de aterrados como lugares férteis e históricos, memórias associadas a lagos e antigos assentamentos).

Ao mesmo tempo, a área permanece como uma das maiores lacunas de destinação formal no lado brasileiro do corredor, caracterizada como floresta pública não destinada e, portanto, vulnerável a pressões e economias ilegais. Nesse cenário, a

governança comunitária — regras de pesca, acordos, mutirões, decisões coletivas, geografias de respeito e restrição — tem sido um fator decisivo para a integridade socioambiental observada.

### Comunidades participantes

O Inventário Social concentrou-se nas seis comunidades que, no período de planejamento e de campo, manifestaram anuência para participação e alinhamento com a proposta de demarcação de uma Terra Indígena regional no Alto Rio Içá.

<b>Alto Rio Içá: Aldeias indígenas participantes</b>			
<b>Comunidade/Vila</b>	<b># estimado de famílias</b>	<b># estimado de pessoas</b>	<b>Etnia(s)</b>
Mamuriá I	8	50	Kukama
Mamuriá II	18	84	Kukama, Tikuna
Nova Esperança	4	20	Kukama
Nova Floresta do Urutaú	2	11	Tikuna
São José	2	16	Tikuna, Kukama
Três Corações de Jesus	9	78	Kambebe
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>	<b>259</b>	

**Tabela 1.** Comunidades visitadas, grupos étnicos e população aproximada.

### Contexto histórico do projeto

O planejamento local desta expedição começou em 2022, quando membros da equipe do Field Museum, da WCS-Brasil e da FUNAI visitaram comunidades no Alto Içá. Os contatos iniciais decorreram do trabalho anterior do Museu no Corredor Biocultural Putumayo-Içá, que incluiu uma série de encontros internacionais que culminaram em um encontro de líderes comunitários de toda a bacia em Santo Antônio do Içá, em novembro de 2022. Membros da equipe e um representante da FUNAI realizaram um sobrevoo da área de estudo em agosto de 2023 para determinar possíveis locais para os acampamentos biológicos. As equipes preparatórias também coordenaram com as autoridades municipais de Santo Antônio do Içá, bem como com o comando do 2º Pelotão Especial de Fronteira do Exército Brasileiro, localizado em Ipiranga, em relação aos objetivos, escopo e potenciais impactos deste projeto.

Toda a expedição foi realizada mediante autorização do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP, CAAE). Também mantivemos comunicação com representantes do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas e da Secretaria de Estado do Amazonas do Meio Ambiente (Sema/AM) durante todo o processo de concepção da pesquisa e solicitação das licenças apropriadas.

Ao longo do período de planejamento, os objetivos do projeto e o desenho da pesquisa foram compartilhados com as comunidades durante múltiplas visitas a cada uma das nove comunidades na área de estudo. Naquela época, diversas comunidades já haviam peticionado à FUNAI o reconhecimento formal de uma terra indígena, com Nova Esperança registrando seu desejo de ser reconhecida já em 1992. Até novembro de 2023, seis comunidades assinaram cartas de anuência reconhecendo seu consentimento livre, prévio e informado para participar do inventário biológico e social rápido. A pesquisa social realizada em maio de 2025 concentrou-se exclusivamente nessas seis comunidades, todas apoiando a proposta de demarcação de um Território Indígena regional. Não realizamos pesquisa social em Santa Terezinha, Ipiranga e Mamuriá III, três comunidades que se recusaram a participar do inventário rápido, que não se identificam como indígenas e que — durante nossas visitas preparatórias e até o momento da publicação deste relatório — desejam ser excluídas do processo de demarcação. É importante ressaltar que o apoio à proposta de demarcação de um Território Indígena regional não era uma pré-condição para participar do inventário rápido, nem a não participação impede de forma alguma essas três comunidades — que compartilham amplamente os recursos ambientais desta região com seus vizinhos indígenas — de participar do processo de reconhecimento territorial da FUNAI. Embora necessariamente limite o escopo de nossas conclusões, a ausência de dados dessas comunidades e seus arredores não deve prejudicar as continuidades e tendências que estão claramente em jogo no Alto Içá.

### Objetivos e Perguntas Orientadoras do Inventário Social

O Inventário Rápido Social e Biológico no Alto Rio Içá foi concebido como um esforço intercultural e interdisciplinar para produzir, em curto período de campo, uma base robusta de informações sociais e biológicas capaz de apoiar decisões de

ordenamento territorial, conservação e governança na região. No plano social, o objetivo não foi apenas “descrever” comunidades, mas gerar evidências e processos que fortaleçam a capacidade local de decisão e a visibilidade institucional de um território historicamente pouco reconhecido e hoje submetido a pressões crescentes. Em linha com a abordagem do Field Museum em Inventários Rápidos e com as diretrizes de caracterização ambiental da FUNAI, o Inventário Social foi estruturado para dialogar com processos formais de reconhecimento territorial (especialmente aqueles associados ao RCID) e, ao mesmo tempo, preservar a centralidade do conhecimento indígena e das aspirações comunitárias como eixo interpretativo do território.

O Inventário Rápido Social tem como objetivo contribuir para a identificação, delimitação, demarcação e homologação de um Território Indígena no Alto Içá, bem como apoiar, quando pertinente, a criação de outras figuras de ordenamento territorial que favoreçam o uso sustentável da região. Para isso, articula-se com comunidades locais, organizações parceiras e entidades governamentais — incluindo órgãos ambientais e indigenistas — com o propósito de produzir e sistematizar evidências sobre o conhecimento, o uso e a gestão humana das paisagens e da biodiversidade em florestas públicas não destinadas, subsidiando processos de avaliação e tomada de decisão. Esses objetivos são operacionalizados por meio de um conjunto de conceitos-guia que orientam tanto o desenho metodológico quanto a análise dos dados: o território é compreendido como base de bem-estar coletivo, integrando dimensões materiais, sociais, espirituais e afetivas; a pesquisa prioriza a identificação de fortalezas sociais e culturais, focalizando aspirações, práticas e sistemas de governança existentes que sustentam o cuidado de longo prazo, sem deixar de analisar problemas e ameaças à luz das capacidades e soluções locais; a governança ambiental é analisada como o conjunto de práticas e decisões — cotidianas e coletivas — que regulam acesso, uso, responsabilidades e resolução de conflitos sobre terra e água; e o conhecimento etnoecológico é tratado como um corpo integrado de saberes, práticas e crenças que estrutura as relações entre seres vivos, ambientes e domínios espirituais, permitindo compreender como o território é ocupado, manejado e defendido ao longo do tempo.

#### *Quatro temas estruturantes.*

O desenho metodológico do Inventário Social no Alto Rio Içá foi explicitamente alinhado às *Orientações Básicas para a Caracterização Ambiental das Terras Indígenas em Estudo*,

elaboradas pela FUNAI no âmbito da Coordenação-Geral de Identificação e Delimitação (CGID), documento que operacionaliza os princípios e exigências estabelecidos na Portaria MJ nº 14/1996 (Art. 1º) para a elaboração do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID).

Conforme indicado nesse documento orientador, a caracterização ambiental deve ser entendida como um processo transversal, interdisciplinar e intercultural, capaz de evidenciar as condições socioambientais necessárias à reprodução física e cultural dos povos indígenas, considerando suas formas próprias de ocupação, uso, manejo, conhecimento e governança do território. Para isso, a FUNAI propõe a organização analítica do estudo em cinco dimensões interdependentes da territorialidade indígena: 1) Cosmologia, práticas e conhecimentos etnoambientais; 2) Ocupação, habitação e história ambiental; 3) Uso e manejo dos ambientes e dos recursos naturais; 4) Impactos e conflitos socioambientais; 5) Gestão ambiental e territorial.

Essas cinco dimensões, apresentadas de forma sintética na Tabela 1 das *Orientações* (p. 20), não constituem capítulos isolados, mas camadas analíticas articuladas, cuja função é dar suporte técnico e conceitual à demonstração das áreas ambientalmente imprescindíveis ao bem-estar e à reprodução física e cultural dos grupos indígenas, conforme previsto na Constituição Federal (art. 231) e regulamentado pela Portaria MJ nº 14/1996.

No contexto do inventário rápido, essas cinco dimensões orientaram diretamente a divisão de trabalho da equipe social, mas foram operacionalizadas em quatro grandes temas estruturantes, de modo a garantir coerência analítica, viabilidade metodológica no tempo reduzido de campo e articulação direta com os três capítulos técnicos que compõem o Inventário Social. Essa adaptação metodológica — plenamente compatível com o caráter aberto e flexível recomendado pelas próprias Orientações da FUNAI — resultou nos seguintes quatro temas:

1. Cosmologia, práticas e conhecimentos etnoambientais (incluindo percepções locais de impactos e ameaças)
2. Ocupação, habitação e história ambiental
3. Uso e manejo dos ambientes e dos recursos naturais
4. Gestão ambiental e territorial e conflitos socioambientais

Essa organização permitiu agrupar analiticamente as cinco dimensões da caracterização ambiental da FUNAI em eixos de investigação social claros, cada um associado a equipes específicas, instrumentos metodológicos próprios e perguntas

orientadoras bem definidas. Em termos conceituais, trata-se menos de uma redução do escopo do que de uma rearticulação operacional, que preserva integralmente o conteúdo normativo das Orientações, ao mesmo tempo em que potencializa o diálogo entre conhecimento indígena, análise antropológica e dados ecológicos produzidos pelo inventário biológico.

A Tabela 2 explicita essa correspondência entre os quatro temas operacionais do Inventário Social e as perguntas orientadoras que guiaram o trabalho de campo e a redação dos capítulos 9, 10 e 11, funcionando como ponte direta entre a metodologia adotada nesta pesquisa e os referenciais técnicos da FUNAI.

<b>Tema</b>	<b>Questões-chave da pesquisa social</b>
1. Cosmologia, práticas e conhecimentos etnoambientais	Como são entendidos pelas populações locais a paisagem, os ecossistemas e as espécies e suas ameaças, e como são os vínculos entre eles e das pessoas com eles?
2. Ocupação, habitação e história ambiental	Quais foram os acontecimentos e quais são os locais históricos mais importantes na história da paisagem, das populações e desta região?
3. Uso e manejo dos ambientes e dos recursos naturais	Do que vivem as pessoas, como garantem seu bem-estar material? Como interagem com seus ambientes para conseguir isso?
4. Gestão ambiental e territorial e conflitos socioambientais	Como se organiza a população para tomar decisões sobre seu território e qual é o papel dos atores em outras escalas e os vínculos com eles? Quais são as ameaças à área que mais preocupam as comunidades e como essas ameaças são definidas localmente?

**Tabela 2.** Temas da pesquisa social e perguntas gerais que cada grupo abordou.

### Intervenções teóricas principais

As intervenções abaixo sintetizam duas “linhas de força” que unificaram o trabalho social nos quatro temas. Elas não são apenas categorias analíticas: são hipóteses de trabalho, compromissos ético-políticos e chaves de interpretação para o material apresentado nos capítulos 9, 10 e 11.

#### 1) Conhecimento e gestão de “terras imprescindíveis” para reprodução física e cultural

As comunidades do Alto Rio Içá se conectam a outros lugares por mobilidade, parentesco, comércio e redes de conhecimento — mas essa conectividade não diminui o conhecimento profundo e situado sobre seus arredores. O detalhamento com que descrevem florestas, rios, alimentos silvestres e cultivados, trilhas, lagos e seres não humanos (incluindo suas dinâmicas temporais e distribuição espacial) constitui a base do bem-estar físico e cultural local. Além disso, as comunidades desenvolveram sistemas sofisticados de gestão para garantir aquisição sustentável de alimentos, medicamentos, materiais e recursos essenciais.

Ao documentar conhecimento ambiental indígena, mapear áreas produtivas, rastrear padrões socioecológicos de uso de recursos e articular esses registros com dados biológicos e ecológicos do inventário, o IRS contribui para demonstrar com precisão quais terras e águas são imprescindíveis — respondendo, inclusive, a narrativas externas recorrentes que deslegitimam territórios indígenas como “muita terra para poucos índios”.

#### 2) Territorialidade indígena através do tempo e do espaço

No Alto Rio Içá, comunidades contemporâneas (Kukama/Kokama, Tikuna, Kambeba e relações com outros povos) participam de um ciclo longo de movimento, manejo e reconexão territorial. Embora muitas aldeias atuais tenham se consolidado com maior intensidade nas décadas recentes, elas se assentam em uma paisagem marcada por ocupações antigas, por memórias de deslocamentos, por rotas transfronteiriças e por experiências históricas de violência, epidemias, exploração e desapropriação.

Essa intervenção é central porque enfrenta duas distorções comuns: (i) narrativas de “desenraizamento” e “caboclição” que invisibilizam continuidades indígenas; e (ii) noções essencialistas de identidade que reduzem territorialidade a fixidez. Ao evidenciar continuidades em conhecimento ecológico, vínculos recíprocos com a paisagem e organização social, o Inventário Social mostra que a territorialidade no Alto Içá é simultaneamente histórica, relacional e atual — e que sua governança precisa ser compreendida no contexto de ameaças contemporâneas (economias ilegais, mudanças climáticas, disputas e institucionalidades concorrentes).

## Métodos de pesquisa

O Inventário Social foi desenhado como pesquisa-ação intercultural: uma pesquisa que produz dados, mas também cria condições de diálogo, validação comunitária e retorno de resultados, reconhecendo as comunidades como co-produtoras do conhecimento.

A seguir, descrevemos os métodos em três tempos — pré-campo, campo e pós-campo — com ênfase nos procedimentos que aparecem transversalmente nos capítulos 9, 10 e 11.

### 1) Pré-campo (*preparação e alinhamento*)

O pré-campo teve quatro objetivos principais:

1. Revisão de literatura e documentos institucionais, incluindo estudos regionais (Alto Solimões, Putumayo-Içá), materiais sobre história e movimentos sociopolíticos, além de normas e referenciais pertinentes ao processo de caracterização ambiental e reconhecimento territorial.
2. Alinhamento metodológico com diretrizes da FUNAI, buscando garantir que parte das informações sociais e territoriais pudesse dialogar com as exigências de caracterização ambiental e, quando pertinente, com a lógica documental do RCID.
3. Formulação de perguntas orientadoras e instrumentos: para cada tema, definiram-se perguntas gerais e específicas, selecionando ferramentas grupais (p.ex., mapeamento participativo, linhas do tempo, calendários ecológicos) e ferramentas individuais (entrevistas semiestruturadas, caminhadas guiadas) que permitissem acessar tanto visões coletivas quanto conhecimentos especializados.
4. Coordenação e consentimento: o desenho do projeto foi compartilhado em visitas preparatórias; foram obtidas cartas de anuência e organizado o consentimento livre, prévio e informado em múltiplos níveis.

### 2) Campo (*produção de dados e processos sociais*)

O trabalho de campo social ocorreu durante a expedição de maio de 2025, articulado às rotinas logísticas da expedição e às atividades biológicas nos acampamentos.

### 2.1. Princípios operacionais em campo

- Interdisciplinaridade e coprodução: especialistas indígenas e pesquisadores sociais participaram de atividades conjuntas com equipes biológicas, favorecendo conversas interculturais em trilhas, lagos e áreas de coleta, onde categorias indígenas de percepção (lugares, histórias, seres, sinais) informaram também leituras ecológicas.
- Múltiplas escalas: em cada comunidade, buscou-se conectar cotidiano (roça, pesca, mutirão, escola, igreja) a escalas mais amplas (história regional, mobilidade, fronteira, institucionalidades, ameaças).
- Diversidade de interlocutores: conduziram-se conversas e atividades com caciques, anciãos, mulheres, jovens, especialistas (caçadores, pescadores, agricultoras), lideranças religiosas e outras referências comunitárias, reconhecendo que o conhecimento é distribuído e situado.

### 2.2. Métodos nas comunidades

O trabalho comunitário combinou atividades coletivas e individuais, geralmente conduzidas em espaços comuns (escolas, igrejas, sedes comunitárias) e em deslocamentos para áreas de uso.

- Grupos focais e conversas coletivas
  - › com homens: elaboração de mapas de ambientes, recursos e áreas de uso;
  - › com mulheres: classificação de recursos por ambientes e usos (alimentação, medicina, materiais), e discussão de manejo e cuidado;
  - › com grupos mistos: debates sobre história local, governança, ameaças e prioridades.
- Mapeamento participativo: Registro de etnozonas (lagos de pesca, trilhas de caça, roças, capoeiras, sítios, cabeceiras), locais de importância histórica (p.ex., terra preta, antigos lugares de moradia) e áreas de restrição/proteção associadas a seres cosmológicos. Esse material serviu como base para análises territoriais e para diálogo com cartografia do inventário.
- Linhas do tempo e memória histórica: Construção colaborativa de cronologias locais: fundação de comunidades, ciclos de migração/retorno, presença de instituições, eventos críticos (conflitos, mudanças ambientais, incursões), transformações religiosas e organizacionais.

- Calendários ecológicos e sazonalidade: Oficinas para descrever ritmos do rio, frutificação, piracema, caça, plantio/colheita e eventos climáticos extremos, conectando conhecimento ecológico a decisões de manejo e à percepção de mudanças ambientais.
- Caminhadas guiadas e observação *in situ*: Deslocamentos a roças, capoeiras, sítios, igarapés, lagos e trilhas para observar e discutir manejo, história de lugares, marcas arqueológicas, presença de seres, limites de uso, e conflitos/medos associados a incursões externas.
- Entrevistas e diálogos semiestruturados: Conversas aprofundadas com interlocutores específicos para temas como: história de família e mobilidade; organização política; regras de pesca/caça; cosmologia e lugares de respeito; sistemas agrícolas e bancos de sementes; conflitos e estratégias de defesa territorial.

### 2.3. Métodos nos acampamentos biológicos

Nos acampamentos, o trabalho social teve duas formas principais:

- Entrevistas e mapeamentos com especialistas indígenas durante a permanência no acampamento (individualmente ou em pequenos grupos), para registrar percepções da paisagem, lugares significativos, sinais ecológicos, regras e histórias associadas às áreas mais remotas.
- Acompanhamento de caminhadas em trilhas com equipes biológicas (especialmente plantas e mamíferos), usando perguntas-ponte para estimular conversas

interculturais sobre observações ecológicas, etnoespécies, comportamentos de fauna, e relações cosmológicas e históricas com determinados lugares.

Em ambos os cenários (comunidades e acampamentos), as conversas exploraram dimensões históricas, ecológicas, cosmológicas e de uso — tanto na escala da paisagem quanto na escala da etnoespécie.

### 3) Pós-campo (*sistematização, análise e devolutivas*)

No pós-campo, o trabalho envolveu:

- Sistematização e compartilhamento interno de dados (notas de campo, sínteses de conversas, produtos participativos como mapas, calendários e linhas do tempo), reconhecendo que todos os pesquisadores sociais registraram dados relevantes para múltiplos temas e capítulos.
- Análise colaborativa: triangulação entre diferentes fontes (conversas, observações, produtos participativos) e diálogo com bibliografia regional e marcos institucionais.
- Validação e retorno: apresentação de resultados preliminares e convite à crítica/expansão; preparação de produtos acessíveis (relatórios, mapas, materiais visuais) visando utilidade política e comunitária, e não apenas registro acadêmico.

# Chapter 8—General Panorama of the Social Inventory

**Authors:** Paula Ungar and Jeremy M. Campbell

---

## Conservation Targets of the Social Inventory

The Social Inventory documented a set of socio-territorial assets that, beyond sustaining community well-being and physical and cultural reproduction, constitute concrete foundations for a long-term agenda of conservation, territorial planning, and governance in the Alto Rio Içá. In summary, the following priority conservation targets were identified:

- Living Indigenous territoriality and active local governance, grounded in consensus, reciprocity, and community norms that regulate the use of lakes, forests, swiddens, and trails, even under conditions of land insecurity and limited state presence.
- A long-duration cultural landscape, in which archaeological sites (Amazonian dark earths, raised fields, and excavated features) are integrated into contemporary land use, demonstrating historical continuity of landscape management and engineering in both floodplain and terra firme environments.
- An integrated socioecological system linking village–swidden–fallow–forest–stream, in which knowledge and management practices sustain habitat diversity and food autonomy by articulating fishing, hunting, cultivation, and extractivism.
- Cosmological regulation of access and use (e.g., “mothers” and spiritual owners, enchanted beings, and places of respect), which produces direct conservation effects by limiting hunting and fishing pressure and safeguarding sensitive areas such as headwaters, deep lakes, and forest tracts.
- Transboundary mobility and kinship networks (Putumayo–Içá) that are essential for the circulation of people, knowledge, seeds, goods, and political strategies, reinforcing the basin as a relational territory rather than merely a national border.
- Community-based fisheries management mechanisms (agreements, seasonal rules, gear restrictions, and monitoring) that sustain food sovereignty and function as a social barrier against external incursions.

- Intergenerational systems for the transmission of knowledge and practices, dependent on territorial, educational, and institutional conditions that allow young people to learn—*in context*—ecological calendars, ethnozones, management rules, historical narratives, and cosmological responsibilities.

These conservation targets are not “abstract themes”; they are materialized in places, routes, lakes, swiddens, dark earth sites, calendars, rules, and collective practices. By documenting them through participatory and ethnographic methods, the Social Inventory provides evidence to support public policies aimed at the allocation of undesigned public forests, territorial demarcation, and the strengthening of community governance within a transboundary biocultural corridor.

## Brief Characterization of the Area and the Socioenvironmental Context

The Alto Rio Içá (part of the international Putumayo–Içá River corridor) occupies a strategic position in the far western portion of the state of Amazonas and at the eastern edge of the Putumayo–Içá Biocultural Corridor. It is an extensive forested landscape that remains poorly documented in Brazil, characterized by mosaics of terra firme forest, seasonally flooded várzea, blackwater and clearwater streams, campinarana vegetation, and edaphic and hydrological gradients that generate high ecological heterogeneity over short distances.

From a sociocultural perspective, the region stands out as a “landscape of convergence”: a territory historically shaped by mobility, exchange, and contact, where Tikuna, Kukama, Kambeba families and other transboundary kinship networks maintain connections that extend beyond national borders.

The Social Inventory emphasizes that this is neither an “empty” area nor a “forest without history.” Archaeological evidence (Amazonian dark earths and floodplain engineering structures) confirms continuous human occupation and long-term landscape management, with clear continuity between ancient sites and contemporary uses (cultivation in dark earth soils, recognition of raised areas as fertile and

historically significant places, and memories associated with lakes and former settlements).

At the same time, the area remains one of the largest gaps in formal land designation on the Brazilian side of the corridor, classified as undesignated public forest and therefore vulnerable to external pressures and illegal economies. In this context, community governance—including fishing rules, agreements, collective work efforts, collective decision-making, and geographies of respect and restriction—has been a decisive factor in maintaining the socioenvironmental integrity observed in the region.

### Participating Communities

The Social Inventory focused on six communities that, during the planning and fieldwork period, expressed their consent to participate and their alignment with the proposal for the demarcation of a regional Indigenous Territory in the Alto Rio Içá.

<b>Alto Rio Içá: Participating Indigenous Villages</b>			
<b>Community</b>	<b>Estimated # of families</b>	<b>Estimated # of people</b>	<b>Ethnicities</b>
Mamuriá I	8	50	Kukama
Mamuriá II	18	84	Kukama, Tikuna
Nova Esperança	4	20	Kukama
Nova Floresta do Urutauí	2	11	Tikuna
São José	2	16	Tikuna, Kukama
Três Corações de Jesus	9	78	Kambeba
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>	<b>259</b>	

**Table 1.** Visited communities, ethnic groups, and approximate population in the study area—May 2025

### Historical Context of the Project

Local planning for this expedition began in 2022, when members of the Field Museum, WCS–Brasil, and FUNAI teams visited communities in the Upper Içá River region. These initial contacts stemmed from the Museum’s prior work in the Putumayo–Içá Biocultural Corridor, which included a series of international meetings that culminated in a gathering of community leaders from across the basin in Santo Antônio do Içá in November 2022. In August 2023, members of the

project team and a FUNAI representative conducted an aerial reconnaissance of the study area to identify potential sites for biological camps. Preparatory teams also coordinated with the municipal authorities of Santo Antônio do Içá, as well as with the command of the Brazilian Army’s 2nd Special Border Platoon, based in Ipiranga, regarding the objectives, scope, and potential impacts of the project.

The entire expedition was carried out with authorization from the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq) and the National Research Ethics Commission (CONEP, CAAE). Throughout the research design process and the application for the appropriate permits, we also maintained communication with representatives of the Ministry of the Environment and Climate Change and the Amazonas State Secretariat for the Environment (SEMA/AM).

Over the course of the planning period, project objectives and research design were shared with communities during multiple visits to each of the nine communities in the study area. At that time, several communities had already petitioned FUNAI for the formal recognition of an Indigenous Territory, with Nova Esperança having registered its desire for recognition as early as 1992. By November 2023, six communities had signed letters of consent affirming their free, prior, and informed consent to participate in the rapid biological and social inventory. The social research conducted in May 2025 focused exclusively on these six communities, all of which support the proposal for the demarcation of a regional Indigenous Territory. No social research was conducted in Santa Terezinha, Ipiranga, or Mamuriá III—three communities that declined to participate in the rapid inventory, do not self-identify as Indigenous, and that, during preparatory visits and up to the time of publication of this report, expressed a desire to be excluded from the demarcation process. It is important to note that support for the proposal to demarcate a regional Indigenous Territory was not a precondition for participation in the rapid inventory, nor does non-participation in any way prevent these three communities—which broadly share the region’s environmental resources with their Indigenous neighbors—from participating in FUNAI’s territorial recognition process. While this necessarily limits the scope of our conclusions, the absence of data from these communities and their surrounding areas should not undermine the broader continuities and trends that are clearly at play in the Upper Içá region.

## Objectives and Guiding Questions of the Social Inventory

The Rapid Social and Biological Inventory in the Upper Içá River region was conceived as an intercultural and interdisciplinary effort to produce, within a short field period, a robust body of social and biological information capable of supporting territorial planning, conservation, and governance decisions in the region. From a social perspective, the objective was not merely to “describe” communities, but to generate evidence and processes that strengthen local decision-making capacity and the institutional visibility of a territory that has historically been little recognized and is now subject to increasing pressures. In line with the Field Museum’s Rapid Inventory approach and with FUNAI’s guidelines for environmental characterization, the Social Inventory was structured to engage with formal territorial recognition processes—particularly those associated with the RCID—while preserving the centrality of Indigenous knowledge and community aspirations as the primary interpretive framework for understanding the territory.

The Social Inventory aims to contribute to the identification, delimitation, demarcation, and homologation of an Indigenous Territory in the Upper Içá, as well as, where appropriate, to support the creation of other territorial ordering instruments that promote sustainable use of the region. To this end, it works in coordination with local communities, partner organizations, and governmental entities—including environmental and Indigenous affairs agencies—with the purpose of producing and systematizing evidence on human knowledge, use, and management of landscapes and biodiversity in undesignated public forests, thereby informing evaluation processes and decision-making. These objectives are operationalized through a set of guiding concepts that shape both the methodological design and data analysis: the territory is understood as the foundation of collective well-being, integrating material, social, spiritual, and affective dimensions; the research prioritizes the identification of social and cultural strengths, focusing on aspirations, practices, and existing governance systems that sustain long-term stewardship, while also analyzing problems and threats in light of local capacities and solutions; environmental governance is analyzed as the set of everyday and collective practices and decisions that regulate access, use, responsibilities, and conflict resolution related to land and water; and ethnoecological knowledge is treated as an integrated body of knowledge, practices, and beliefs that

structures relationships among living beings, environments, and spiritual domains, allowing an understanding of how the territory is occupied, managed, and defended over time.

### *Four Structuring Themes*

The methodological design of the Social Inventory in the Alto Rio Içá was explicitly aligned with the Basic Guidelines for the Environmental Characterization of Indigenous Lands Under Study, prepared by FUNAI within the framework of the General Coordination for Identification and Delimitation (CGID). This guiding document operationalizes the principles and requirements established in Ministry of Justice Ordinance No. 14/1996 (Art. 1) for the preparation of the *Circumstantiated Report of Identification and Delimitation* (RCID).

As indicated in this guiding document, environmental characterization must be understood as a transversal, interdisciplinary, and intercultural process, capable of demonstrating the socio-environmental conditions necessary for the physical and cultural reproduction of Indigenous peoples, taking into account their own forms of occupation, use, management, knowledge, and governance of the territory. To this end, FUNAI proposes the analytical organization of studies around five interdependent dimensions of Indigenous territoriality:

1. Cosmology, practices, and ethnoenvironmental knowledge
2. Occupation, habitation, and environmental history
3. Use and management of environments and natural resources
4. Socio-environmental impacts and conflicts
5. Environmental and territorial management

These five dimensions, presented in summarized form in Table 1 of the Guidelines (p. 20), do not constitute isolated chapters, but rather articulated analytical layers, whose function is to provide technical and conceptual support for demonstrating the areas that are environmentally indispensable to the well-being and physical and cultural reproduction of Indigenous groups, as established in the Federal Constitution (Art. 231) and regulated by the Ministry of Justice Ordinance No. 14/1996.

Within the context of the Rapid Inventory, these five dimensions directly informed the division of labor of the social research team, but were operationalized through four

Theme	Key Questions for Social Research
1. Cosmology, ethno-environmental practices and knowledge	How are the landscape, ecosystems, and species and their threats understood by local populations, and what are the connections between them and between people and them?
2. Occupation, settlement, and environmental history	What were the most important events and historical sites in the history of the landscape, the populations, and this region?
3. Use and management of environments and natural resources	How do people make a living, and how do they ensure their material well-being? How do they interact with their environments to achieve this?
4. Environmental and territorial management and socio-environmental conflicts	How is the population organized to make decisions about its territory, and what is the role of actors at other scales and the connections with them? What are the threats to the area that most concern the communities, and how are these threats defined locally?

**Table 2.** Social research themes and key questions that each group investigated

overarching structuring themes, in order to ensure analytical coherence, methodological feasibility within a reduced fieldwork timeframe, and direct articulation with the three technical chapters that comprise the Social Inventory. This methodological adaptation—fully compatible with the open and flexible character recommended by FUNAI’s own Guidelines—resulted in the following four themes:

- Cosmology, practices, and ethnoenvironmental knowledge (including local perceptions of impacts and threats)
- Occupation, habitation, and environmental history
- Use and management of environments and natural resources
- Environmental and territorial management and socio-environmental conflicts

This organization made it possible to analytically group FUNAI’s five dimensions of environmental characterization into clear axes of social investigation, each associated with specific research teams, tailored methodological instruments, and well-defined guiding questions. Conceptually, this represents less a reduction in scope than an operational rearticulation that fully preserves the normative content of the Guidelines, while enhancing dialogue between Indigenous

knowledge, anthropological analysis, and ecological data generated by the biological inventory.

Table 2 makes explicit this correspondence between the four operational themes of the Social Inventory and the guiding questions that structured fieldwork and informed the writing of Chapters 9, 10, and 11, serving as a direct bridge between the methodology adopted in this research and FUNAI’s technical reference framework.

### Main Theoretical Interventions

The interventions outlined below synthesize two “lines of force” that unified social research across the four thematic axes. They are not merely analytical categories; rather, they function as working hypotheses, ethical–political commitments, and interpretive keys for the material presented in Chapters 9, 10, and 11.

#### 1) Knowledge and management of “indispensable lands” for physical and cultural reproduction

Communities of the Alto Rio Içá are connected to other places through mobility, kinship, trade, and knowledge networks—yet this connectivity does not diminish the deep, situated knowledge they hold of their immediate surroundings. The level of detail with which forests, rivers, wild and cultivated foods, trails, lakes, and non-human beings are described (including their temporal dynamics and spatial distribution) constitutes the foundation of local physical and cultural well-being. In addition, communities have developed sophisticated management systems to ensure the sustainable acquisition of food, medicines, materials, and essential resources.

By documenting Indigenous environmental knowledge, mapping productive areas, tracing socioecological patterns of resource use, and articulating these records with biological and ecological data from the inventory, the Social Inventory contributes to demonstrating—with precision—which lands and waters are indispensable. In doing so, it also responds to recurring external narratives that seek to delegitimize Indigenous territories as “too much land for too few Indigenous people.”

#### 2) Indigenous territoriality through time and space

In the Alto Rio Içá, contemporary communities (Kukama/Kokama, Tikuna, Kambeba, and relational networks with other peoples) participate in a long cycle of movement, management, and territorial reconnection. Although many

present-day villages have consolidated more intensively in recent decades, they are situated within a landscape marked by ancient occupations, memories of displacement, transboundary routes, and historical experiences of violence, epidemics, exploitation, and dispossession.

This intervention is central because it confronts two common distortions: (i) narratives of “deracination” or “cabocloization” that render Indigenous continuities invisible; and (ii) essentialist notions of identity that reduce territoriality to fixity. By evidencing continuities in ecological knowledge, reciprocal relationships with the landscape, and social organization, the Social Inventory demonstrates that territoriality in the Alto Rio Içá is simultaneously historical, relational, and contemporary—and that its governance must be understood within the context of present-day threats, including illegal economies, climate change, land disputes, and competing institutional frameworks.

## Research Methods

The Social Inventory was designed as intercultural action research: a form of research that produces data while also creating conditions for dialogue, community validation, and the return of results, recognizing communities as co-producers of knowledge.

Below, we describe the methods across three phases—pre-fieldwork, fieldwork, and post-fieldwork—with emphasis on procedures that appear transversally across Chapters 9, 10, and 11.

### 1) Pre-fieldwork (preparation and alignment)

The pre-fieldwork phase had four main objectives:

- Review of literature and institutional documents, including regional studies (Upper Solimões, Putumayo–Içá), materials on history and sociopolitical movements, as well as norms and reference frameworks relevant to environmental characterization and territorial recognition processes.
- Methodological alignment with FUNAI guidelines, seeking to ensure that part of the social and territorial information produced could dialogue with environmental characterization requirements and, where relevant, with the documentary logic of the RCID.
- Formulation of guiding questions and research instruments: for each theme, general and specific questions were defined, and both collective tools (e.g.,

participatory mapping, timelines, ecological calendars) and individual tools (semi-structured interviews, guided walks) were selected in order to access both collective perspectives and specialized forms of knowledge.

- Coordination and consent: the project design was shared during preparatory visits; letters of agreement were obtained, and free, prior, and informed consent was organized at multiple levels.

### 2) Fieldwork (data production and social processes)

Social fieldwork took place during the May 2025 expedition, articulated with expedition logistics and with biological research activities conducted at field camps.

#### 2.1. Operational principles in the field

- Interdisciplinarity and co-production: Indigenous specialists and social researchers participated jointly in activities with biological teams, fostering intercultural conversations along trails, lakes, and sampling areas, where Indigenous categories of perception (places, histories, beings, signs) also informed ecological interpretations.
- Multiple scales: in each community, efforts were made to connect everyday practices (swiddens, fishing, collective work, school, church) with broader scales (regional history, mobility, border dynamics, institutional arrangements, and threats).
- Diversity of interlocutors: conversations and activities were conducted with chiefs, elders, women, youth, specialists (hunters, fishers, farmers), religious leaders, and other community reference figures, recognizing that knowledge is distributed and situated.

#### 2.2. Methods in the communities

Community-based work combined collective and individual activities, generally conducted in shared spaces (schools, churches, community centers) and during visits to areas of use.

#### Focus groups and collective conversations

- With men: elaboration of maps of environments, resources, and areas of use;
- With women: classification of resources by environments and uses (food, medicine, materials), and discussions of management and care;

- With mixed groups: debates on local history, governance, threats, and priorities.

*Participatory mapping:* Documentation of ethnozones (fishing lakes, hunting trails, swiddens, fallows, sites, headwaters), places of historical importance (e.g., Amazonian dark earths, former habitation sites), and areas of restriction or protection associated with cosmological beings. These materials served as the basis for territorial analyses and for dialogue with the inventory’s cartographic products.

*Timelines and historical memory:* Collaborative construction of local chronologies, including community foundations, cycles of migration and return, institutional presence, critical events (conflicts, environmental change, incursions), and religious and organizational transformations.

*Ecological calendars and seasonality:* Workshops designed to describe river cycles, fruiting periods, fish spawning (*piracema*), hunting seasons, planting and harvesting periods, and extreme climatic events, connecting ecological knowledge to management decisions and to perceptions of environmental change.

*Guided walks and in situ observation:* Visits to swiddens, fallows, sites, streams, lakes, and trails in order to observe and discuss management practices, place histories, archaeological traces, presence of non-human beings, limits of use, and conflicts or fears associated with external incursions.

*Semi-structured interviews and dialogues:* In-depth conversations with specific interlocutors addressing themes such as family history and mobility; political organization; fishing and hunting rules; cosmology and places of respect; agricultural systems and seed banks; conflicts and strategies for territorial defense.

### 2.3. Methods at biological field camps

At the field camps, social research took place primarily in two forms:

- Interviews and mapping with Indigenous specialists during camp stays (individually or in small groups), in order to record landscape perceptions, significant places, ecological indicators, rules, and histories associated with more remote areas.

- Accompaniment of trail walks with biological teams (especially botany and mammalogy), using bridging questions to stimulate intercultural conversations about ecological observations, ethnospecies, animal behavior, and cosmological and historical relationships with particular places.

In both contexts (communities and camps), conversations explored historical, ecological, cosmological, and use-related dimensions—at both the landscape scale and the ethnospecies scale.

### 3) Post-fieldwork (systematization, analysis, and feedback)

Post-fieldwork activities included:

- Systematization and internal sharing of data (field notes, conversation summaries, participatory products such as maps, calendars, and timelines), recognizing that all social researchers recorded information relevant to multiple themes and chapters.
- Collaborative analysis, involving triangulation among different sources (conversations, observations, participatory products) and dialogue with regional literature and institutional frameworks.
- Validation and feedback, including presentation of preliminary results and invitations for critique and expansion; preparation of accessible products (reports, maps, visual materials) aimed at political and community usefulness, rather than solely academic documentation.